



Servidores públicos realizam Dia Nacional de Mobilização

Os servidores públicos municipais estavam representados no ato pelos dirigentes do SINFUSP/SL e pela FETRAM que também cobraram valorização para os profissionais do setor

“Nós estamos pressionando a prefeitura para instalar a mesa de negociação para assim podermos encontrar um caminho que atenda os interesses da categoria e viabilidade por meio da administração municipal”, explicou a presidente do Sinfusp/SL, Lucia Barbosa.

Em Ato público organizado pela Central única dos Trabalhadores (CUT), os servidores das três esferas estiveram reunidos para protestar contra o governo federal e sua jornada contra os trabalhadores públicos. Na ocasião, os dirigentes sindicais destacaram a importância do setor para sociedade e a necessidade de valorização da categoria, principalmente por conta do desempenho dos servidores públicos nesses dois últimos anos em que nosso país foi assolado pela pandemia do coronavírus.

“Nós precisamos que os

gestores entendam a importância dos servidores para a sociedade e que valorizem suas carreiras. Não suportamos mais viver sob ameaças pelo governo de plantão”, disse o presidente da CUT Maranhão, Manoel Lages.

Os servidores públicos municipais estavam representados no ato pelos dirigentes do SINFUSP/SL e pela FETRAM que também cobraram valorização para os profissionais do setor “Nós estamos pressionando a prefeitura para instalar a mesa de negociação para assim podermos encontrar um caminho que atenda os interesses da categoria e viabilidade financeira por meio da administração municipal”, explicou a presidente do Sinfusp/SL, Lucia Barbosa. Durante o protesto, os servidores federais chamaram a atenção para a necessidade de pelo menos terem recomposição salarial, uma vez que a categoria já está a seis anos sem reajustes. “Desde o golpe de 2016 que nós não temos um centavo sequer de aumento e somente a pressão inflacionária do período já corroeu

nossos salários em mais de 30%. Queremos reposição para todos os servidores já”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA



CUT e Centrais exigem revogação imediata da MP 1099, que precariza o trabalho

Os presidentes da CUT e outras nove centrais sindicais do país divulgaram nota, nesta quarta-feira (2), criticando o governo de Jair Bolsonaro (PL) por simular o enfrentamento ao desemprego incentivando as contratações precarizadas e com baixa remuneração pelas Prefeituras, como está previsto na Medida Provisória (MP) nº 1099.

A MP cria o “Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas” que, para os presidentes das centrais “não passa de nova manobra do governo Bolsonaro para retirar ainda mais direitos”.

“Propomos que o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, realize a imediata devolução desta nova medida precarizante. Refutaremos toda e qualquer tentativa do governo”, diz trecho final da nota.

Confira a íntegra da nota:



NOTA DA
CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
BRASIL

Contra a precarização do serviço voluntário propomos imediata devolução da MP 1099

A Medida Provisória 1099, publicada em 28/01/2022, que institui o “Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas” não passa de nova manobra do governo Bolsonaro para retirar ainda mais direitos.

Através da MP o governo simula enfrentar o desemprego incentivando as contratações precarizadas e com baixa remuneração pelas Prefeituras. Mais um golpe contra a classe trabalhadora.

O desemprego, o desalento, a inatividade e a subocupação já atingem a marca de 29 milhões de brasileiros. A taxa de informalidade passa de 43%, segundo a última publicação do IBGE. E a MP 1099, ao invés de criar empregos decentes, fomentar o desenvolvimento pleno e soberano, investir em infraestrutura e serviços de qualidade, aponta para o aprofundamento deste cenário.

No fim dos seus quatro anos, depois de todo mal que fez ao Brasil, o governo Bolsonaro tenta camuflar a miséria crescente com a criação de trabalhos precários, sem direitos e perspectivas, como se desse uma esmola para o povo a fim de ganhar os votos que precisa para se manter

no poder e continuar seus males feitos.

A proposta deverá passar por cuidadoso debate no legislativo, análise, inclusive, já realizada e derrotada no mérito quando do tratamento da MP 1045 que continha conteúdo semelhante.

Propomos que o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, realize a imediata devolução desta nova medida precarizante. Refutaremos toda e qualquer tentativa do governo. Bolsonaro de prejudicar os trabalhadores, que já sofreram tanto nesta gestão.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2022.